



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.



Gestão 2013 - 2016

LEI MUNICIPAL Nº. 749/2013.

SÚMULA: “DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS DE CARACTERÍSTICA MUNICIPAL, SOB O REGIME DE MOTO-TÁXI, NO MUNICÍPIO DE PARANAÍTA, ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAÍTA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei,

CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO

Art.1º - Esta Lei tem por objetivo, disciplinar as condições para exploração dos serviços de transporte de passageiros em motocicletas, categoria aluguel, na cidade de Paranaíta/MT, denominado serviço de moto-táxi.

Parágrafo Único – O serviço de moto-táxi é o transporte para 1 (um) passageiro, em veículo automotor, tipo motocicleta, no território do município de Paranaíta/MT.

Art. 2º - Como meio de transporte urbano, o serviço de moto-táxi somente poderá ser executado, mediante autorização concedida pelo Município de Paranaíta– MT.

Art.3º - As concessões para prestação de serviço de moto-táxi permanecerão em 05 (cinco) unidades, sendo que o aumento destas será realizado anualmente, caso o Município de Paranaíta/MT entenda ser necessário, após realizar estudo sobre o impacto de aludido aumento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.



CAPÍTULO II DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

SEÇÃO I DO MOTORISTA E SEUS REQUISITOS

SUBSEÇÃO I PESSOA FÍSICA

Art. 4º - Moto-taxista é o prestador de que trata o artigo 1º desta lei, pessoa física, proprietário de motocicleta utilizada na efetiva prestação de serviço.

Art. 5º - O Moto-taxista deverá preencher as seguintes condições:

I – comprovar que reside no município de Paranaíta/MT há mais de um ano;

II – declaração que não exerce qualquer outra atividade remunerada;

III – possuir uma carteira de habilitação na categoria, expedida há mais de 01 (um) ano;

IV – apresentar atestado de boa saúde;

V - cursos de primeiros socorros;

VI - exame psicológico de aptidão;

VII – apresentar certidão negativa criminal;

VIII – ser eleitor ou comprovar que votou na última eleição ou ter justificado a abstenção;

IX– estar em dia com as obrigações militares;

X– não ser titular de mais de uma licença para moto-táxi, nem possuir licença para explorar serviço de táxi;

XI – curso especializado aprovado pelo DETRAN.

SEÇÃO II DOS REQUISITOS QUANTO A MOTOCICLETA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.



Art. 6º - Constituem requisitos das motocicletas a serem utilizadas na prestação do serviço:

I – pertencer documentalmente ao moto-taxista, com registro do município de Paranaíta/MT;

II – possuir entre 125 (cento e vinte e cinco) e 200 (duzentas) cilindradas;

III – ser submetida à vistoria de segurança veicular pelo Município de Paranaíta/MT e satisfazer todos os requisitos exigidos para os fins a que se destina, previstos na Lei 9.503 (Lei Federal Código de Trânsito Brasileiro);

IV – ter as seguintes características além das exigidas pela legislação de trânsito:

- a)** alça metálica lateral na qual o passageiro possa segurar-se;
- b)** identificação de “moto-táxi”, em placa metálica ou adesivo com imã;
- c)** cano de descarga revestido com material isolante em sua lateral, para evitar queimaduras ao passageiro;
- d)** ter no máximo 05 (cinco) anos de uso.

SEÇÃO III DAS OBRIGAÇÕES DO MOTO-TAXISTA

Art. 7º - Quando da prestação municipal instituída por esta Lei, deve o moto-táxi:

I – obedecer todas as normas do Código de Trânsito Brasileiro, aplicáveis à espécie, bem como aos ditames desta lei;

II – usar, em serviços roupas condizentes com a função de atendimento ao público, ficando vedado o uso de camisetas regatas e bermudas, devendo, ainda, estar trajando colete de identificação;

III – portar, além de documento de porte obrigatório, previsto no Código de Trânsito Brasileiro, a carteira de condutor para transporte de passageiro, expedida pelo Município de Paranaíta/MT;

IV – usar capacete com viseira e colocar à disposição do passageiro o mesmo tipo de capacete, para uso durante o transporte;

V – transportar, ter disponível e repassar toca descartável aos passageiros;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.



Gestão 2013 - 2016

VI – tratar o passageiro com urbanidade e polidez;

VII – recusar o transporte de:

- a)** passageiros que não queiram usar capacete;
- b)** passageiros com bagagem além da permitida no parágrafo único deste artigo;
- c)** passageiros em visível estado de embriagues alcoólica ou sob efeito de substância entorpecentes;
- d)** passageiros com criança no colo;
- e)** criança com menos de 07 (sete) anos;
- f)** passageiras em adiantado estado de gravidez.

VIII - Padronizar o colete de segurança com alças laterais testado por órgão credenciado pelo INMETRO;

IX - Ter obrigatoriamente seguro particular, resguardando o passageiro, piloto e motociclista.

Parágrafo único – por bagagem permitida entender-se-á para os efeitos desta Lei, aquela acondicionada em mochila ou sacola, com alça e conduzida a tiracolo do passageiro ou outra que venha a ser regulamentada pelo Município de Paranaíta/MT.

CAPÍTULO III

DA PERMISSÃO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MOTO-TÁXI

Art. 8º - A permissão para prestação do serviço de moto-táxi, será requerida pelo interessado ao Município de Paranaíta/MT, com a apresentação dos documentos preconizados pelo artigo 5º desta Lei, bem como comprovação de ter preenchido os requisitos do artigo 6º, também desta Lei.

Art. 9º - A permissão para prestação de serviço de moto-táxi terá validade de 01 (um) ano, sendo que a mesma será renovada, após analisar os requisitos exigidos por esta Lei Municipal.

Art.10 – Caso o detentor da permissão para prestação de serviço de moto-táxi não tenha mais interesse em continuar prestando aludido serviço, deverá comparecer ao Município de Paranaíta/MT e assinar o Termo de Desistência e Devolução da Permissão, cabendo à mencionada Prefeitura preencher a vaga, seguindo rigorosamente a ordem de inscrição dos suplentes interessados, conforme o que dispõe a presente lei.

§1º – O detentor da permissão para prestação de serviço de moto-táxi que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.



não tiver interesse em continuar prestando o serviço mencionado e não comparecer à Prefeitura para assinar o Termo de Desistência e Devolução da Permissão, e, ainda, transferir de qualquer forma aludida permissão para particular, sofrerá sanções administrativas, ficando impedido de participar de licitações e contratar com a Administração Pública e perderá a concessão.

§2º - Perderá a concessão o detentor/moto-taxista que praticar qualquer infração grave consignada no Código de Trânsito Brasileiro.

SEÇÃO I DAS CONDIÇÕES PARA A OBTENÇÃO DA LICENÇA PARA PRESTAÇÕES DOS SERVIÇOS

Art.11 – O deferimento da permissão feito pela Prefeitura ficará condicionado, além do que fora preconizado no artigo 10 desta Lei, ao seguinte:

I – ao pagamento da taxa de licença e do imposto sobre serviço de qualquer natureza, referente à atividade;

II – a apresentação dos comprovantes do pagamento do imposto, sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) e do seguro.

SEÇÃO II DOS CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DO MOTO-TAXISTA E PREENCHIMENTO DAS VAGAS

Art.12 – Será criado um cadastro de suplentes pela Prefeitura Municipal, com acompanhamento do Sindicato da classe de moto-taxistas se houver, onde constará todos os dados pessoais, bem como todos os documentos exigidos por esta Lei Municipal, e, mormente a ordem cronológica de inscrição.

Parágrafo Único – A Prefeitura Municipal, observando a ordem cronológica de inscrição, caso se depare com suplente que não se enquadra com o que é preconizado por esta Lei Municipal, mediante fundamentada justificativa, concederá prazo não superior a 5 (cinco) dias ao suplente, para que este possa regularizar a situação, caso não seja regularizada, a Prefeitura desabilitará o mesmo, convocando o subsequente.

Art.13 – O Cadastro de Suplentes terá a finalidade precípua de preencher as vagas quando ocorrer a hipótese preconizada no artigo 12 desta lei municipal.

CAPÍTULO IV DOS PONTOS DE PARADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.



Art.14 – O Município de Paranaíta/MT, através de Decreto, estabelecerá os pontos de paradas oficiais de moto-táxi.

Parágrafo único-Quando em trânsito, sem passageiro e quando solicitado, poderá o moto-táxi estacionar, para atendimento em qualquer localidade da cidade.

CAPÍTULO V DA TARIFA

Art. 15 – O valor da tarifa a ser cobrada pelo serviço de que trata esta Lei, será estabelecido por ato do Chefe do Executivo Municipal, com base em planilha tarifária, podendo ser renovável anualmente.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 – Após a entrada em vigor desta Lei, o Município de Paranaíta/MT fará publicar nos locais de costume, durante 10 (dez) dias, edital de convocação dos moto-taxistas, com prazo posterior de 15 (quinze) dias para recadastramento, e preenchimento de eventuais vagas, de acordo com os critérios fixados nesta lei.

Art. 17 – Serão realizadas campanhas de esclarecimentos à população sobre perigos, cautelas e normas de segurança relativo ao transportes de passageiros em motocicletas.

Art. 18 – Esta Lei será regulamentada no que couber por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 19 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA/MT
Em, 04 de outubro de 2013.**

**ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal**